



Mutuários do SFH recebem certificados na solenidade de encerramento do mutirão de conciliação

“Vim aqui buscar o documento da minha casa”, disse, orgulhoso, o senhor Silvio Ferreira - primeiro mutuário a chegar à solenidade encerramento do mutirão de audiências de conciliação em processos relacionados ao Sistema Financeiro de Habitação, realizada na manhã desta sexta-feira, 1º de abril, no auditório da Justiça Federal do Espírito Santo, em Vitória.

Com a presença da diretora do Gabinete de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Liliane Roriz, a cerimônia marcou a entrega dos certificados de participação e acordo no mutirão promovido de 29 a 31 de março, sob a coordenação do TRF2 e da SJES, com a participação da Caixa Econômica Federal e da Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

O mutirão contou com a participação das juízas federais do Rio de Janeiro, Marcella Araújo da Nova Brandão e Andréa Cunha Esmeraldo, Roberto Gil Leal Faria (coordenador no Espírito Santo), Gustavo Moulin Ribeiro, Marcelo da Rocha Rosado, Karina de Oliveira e Silva, Juliana Montenegro Calado, Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, Fernando Cesar Baptista de Mattos e Paulo Gonçalves de Oliveira Filho.

As audiências estavam distribuídas entre as 2ª, 3ª, e 4ª Varas Federais Cíveis e o 2º Juizado Especial Federal de Vitória e a Vara Federal Cível de Cachoeiro de Itapemirim.



Cerimônia

A solenidade de encerramento foi conduzida pela juíza federal Marcella Araújo da Nova Brandão, do Rio de Janeiro, que, depois de lembrar o luto oficial de 7 dias pelo falecimento do Ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, agradeceu o apoio do juiz federal Roberto Gil Leal Faria, que coordenou os trabalhos no Espírito Santo, e aos juízes federais da Seccional capixaba, pelo empenho e participação.

Após registrar a presença dos juízes federais Marcelo da Rocha Rosado, Gustavo Moulin Ribeiro, Karina de Oliveira e Silva e Juliana Montenegro Calado, da advogada Patrícia Santos da Silveira, representando o presidente da OAB/ES, de procuradores, advogados, servidores e mutuários, a magistrada convidou o diretor de recuperação de crédito de pessoas físicas da Emgea, Eugen Smarandescu Filho, para fazer seu pronunciamento.

O diretor destacou a importância da conciliação. “Saímos de uma situação em que um ganha e o outro perde e passamos para outra em que os dois lados ganham. “É uma iniciativa muito louvável da Justiça Federal. O TRF2 tem adotado bastante essa prática, que traz benefícios tanto para o mutuário quanto para a Justiça e a Emgea”.

O próximo a falar foi o diretor do foro em exercício, juiz federal Alexandre Miguel, que cumprimentou a desembargadora Liliane Roriz pela iniciativa de trazer para o Espírito Santo um mutirão tão importante. “Alguns direitos são bem especiais para o dia-a-dia do cidadão. E ter uma moradia sem nenhum problema, sem nenhuma dívida, dá um sentimento de cidadania muito grande”.

Resultados

Encerrando os pronunciamentos, Liliane Roriz destacou que no dia 30 de março completou 18 anos de magistratura e que já naquela época, em 1993, encontrou varas federais cíveis ‘inundadas’ de processos do SFH. “Eu e o Dr. Guilherme Calmon (desembargador federal), que me substituirá na coordenação do Gabinete de Conciliação, entendemos que não é possível uma questão que atinge tantas pessoas não ser resolvida de forma política, principalmente numa área tão sensível”, enfatizou. “O que a casa própria representa para o cidadão? A sua moradia, o seu sossego, o local onde vai ter paz, abrigo. E acaba deixando de ser o lugar do sossego, por conta de não conseguir dormir, pensando

que teria uma dívida muito maior do que poderia arcar”, considerou.

“Para demonstrar a importância dessa semana de conciliação é que fazemos essa cerimônia de encerramento”, explicou a desembargadora, que avaliou como excelentes os resultados: foram realizadas 70 audiências, obtidos aproximadamente 44% de acordos, e arrecadado R\$ 1,5 milhão, que vai direto para o FGTS do trabalhador.

Carinho pelo Espírito Santo

Este foi o último evento da desembargadora federal Liliane Roriz na direção do Gabinete de Conciliação e ela fez questão de que fosse no Espírito Santo. “Tenho um carinho especial por este Estado, até porque tenho Espírito Santo no meu nome (Liliane Espírito Santo Roriz de Almeida). Vou assumir a Escola de Magistratura Federal da 2ª Região e quero continuar fazendo muitos eventos aqui”, revelou.

Entrega de certificados

Liliane Roriz convidou para receber seus certificados os mutuários Sílvia Ferreira, Sueli Falcão (representada pelo advogado Elivaldo de Oliveira), Abenilton Hipólito de Araújo (representado pelo advogado Elivaldo de Oliveira), Rosana Alves Vieira Batista e seu esposo Jorge (que recebeu em nome do casal) e Therezinha Souza Santos, que assinou seu acordo ali mesmo, naquele exato momento, demonstrando a simplicidade e o caráter informal do mutirão.



JFES adota numeração única de processos

A partir de 31 de março, a Justiça Federal do Espírito Santo passou a adotar a numeração única em seus processos. Inicialmente, os usuários continuarão acessando a consulta processual com a numeração que já possuem.

TRF2 e Seções Judiciárias do Rio e do Espírito Santo atendem ao público das 9 às 18 horas, a partir de 1º de abril

A partir desta sexta-feira, 1º de abril, o horário de atendimento ao público no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo foi ampliado. A partir da data, os cidadãos terão das 9 às 18 horas para resolver seus assuntos na Justiça Federal da 2ª Região. A determinação é do presidente da Corte, desembargador federal Paulo Espírito Santo, e consta da Resolução nº 11, assinada pelo magistrado no dia 22 de março. A publicação do documento no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região está prevista para a segunda, 28 de março.

A medida foi tomada a partir de determinação da Corregedoria do Conselho da Justiça Federal, bem como de decisão tomada pelo Plenário do TRF2 na sessão de 10 de fevereiro. Nos termos da Resolução 11/11, o horário de funcionamento do Tribunal e das Seções Judiciárias passa a ser das 9 às 19, “sem prejuízo do trabalho fora desse horário em virtude da necessidade do serviço”.

O setor de Protocolo Judicial da 2ª instância passa a funcionar das 9 às 18, e as petições iniciais recebidas no Tribunal até as 17 horas deverão ser distribuídas no mesmo dia. Depois das 18 horas, somente serão protocoladas as petições das partes e advogados que eventualmente já estejam na fila. A distribuição fora do horário previsto deverá ser requerida à Presidência, “em petição separada com a devida justificativa para deliberação”.

Ainda nos termos da Resolução, compete à chefia de cada secretaria ou gabinete organizar o funcionamento dos setores de acordo com o novo horário. O artigo 6º do documento fixa a jornada de trabalho dos servidores do Tribunal e da primeira instância em sete horas ininterruptas, ou oito horas, com intervalo de uma hora.



No Espírito Santo

Na Seção Judiciária do Espírito Santo, o atendimento aos advogados será das 9 às 19 horas.

**Assessoria de Comunicação Social do TRF2
Com inclusão do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas da JFES**

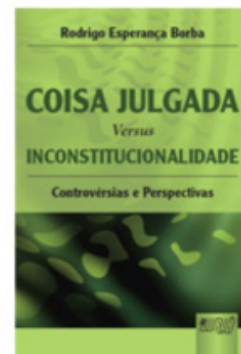
Juiz federal que atuou na JFES lança livro sobre a relativização da coisa julgada

O juiz federal substituto Rodrigo Esperança Borba, que atuou na JFES entre 2004 e 2007, na 4ª VF-Cível e na 2ª VF-Criminal, dentre outras, lançou neste mês o livro “Coisa julgada *versus* inconstitucionalidade – controvérsias e perspectivas”, pela editora Juruá. Segundo o juiz, “trata-se de pesquisa sobre como vem sendo tratada atualmente pela doutrina e jurisprudência de nosso país o que se convencionou chamar de ‘relativização da coisa julgada’”.

Rodrigo Esperança Borba é Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/MG; Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela Universidade Gama Filho; Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas/MG (FEMM) em 1998. Juiz Federal substituto. Em 1998 ingressou na Justiça Federal após aprovação em concursos públicos, ocupando, sucessivamente, os cargos de analista judiciário e analista judiciário executante de mandados. Após exercer as atribuições do cargo de Delegado de Polícia Federal entre 2002 e 2004, ingressou na Magistratura Federal na 2ª Região. Atualmente compõe a Magistratura Federal da 1ª Região, com atuação em Belo Horizonte/MG

Para falar com o autor, anote seu e-mail: rodrigo.borba@trf1.jus.br.

Clique [aqui](#) e conheça mais sobre a obra.



Inscrições para estágio no Juizado Especial Federal em São Mateus/ES

A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) realizará processo seletivo para estágio em São Mateus/ES. O concurso destina-se ao preenchimento de duas vagas para estagiário do Juizado Especial Federal e para cadastro de reserva.

A jornada de estágio será de 20 horas semanais, no horário entre 11h30 e 19h30, observado o turno escolar do estagiário. O requisito para participação no programa é cursar, à época da admissão, entre o 5º e 9º período, em faculdade conveniada à JFES.

O ingresso de candidato proveniente de faculdade cujo convênio tenha expirado ficará condicionado à regularização ou continuidade do contrato entre a Justiça Federal e a instituição.

O estagiário terá direito a uma bolsa mensal de **R\$ 500,00** e auxílio-transporte mensal de **R\$ 96,80**. A seleção será feita mediante prova, após apresentação da ficha de inscrição, extrato de notas e/ou histórico escolar (com coeficiente de rendimento) do candidato, onde será considerado aprovado quem tiver a média final igual ou superior há 6,0 pontos.

As inscrições deverão ser realizadas até **06/04/2011** na Secretaria da Vara Federal de São Mateus, mediante preenchimento do formulário padronizado de inscrição disponível no site www.jfes.jus.br, foto 3x4 e extrato de notas ou histórico escolar do candidato.

Conheça o [editál](#).

Via Legal tem edição especial sobre Imposto de Renda

Nesta semana, o programa Via Legal é dedicado aos mais de 24 milhões de brasileiros obrigados a declarar Imposto de Renda em 2011. O prazo para que as informações sejam enviadas à Receita Federal começou no início de março e termina no fim do mês de abril. Quem não declarar o imposto pode ser multado e ainda responder a processo judicial.

Direto de Porto Alegre, Analice Bolzan explica quais as regras a serem seguidas neste ano e porque é tão importante não deixar a obrigação para a última hora. A reportagem também mostra passo a passo o que diz a norma e que cuidados precisam ser tomados para evitar dor de cabeça neste acerto de contas.

De São Paulo, o destaque é uma novidade que significa cidadania para casais homossexuais. Pela primeira vez, o governo brasileiro permite que o companheiro seja incluído na lista de dependentes de contribuintes que mantêm relações homoafetivas. Erica Resende conversou com brasileiros beneficiados pela alteração na norma. O avanço é apontado como mais uma vitória contra o preconceito que ainda atinge uma parcela significativa da sociedade.

O programa também aborda a tentativa de servidores públicos que continuam trabalhando quando já poderiam estar aposentados. A intenção, discutida em dezenas de ações que chegaram aos tribunais, é se livrar dos descontos do Imposto de Renda sobre o valor da gratificação paga pelo governo federal. O incentivo, uma espécie de abono de permanência, significa economia para os cofres públicos, mas nem assim a Receita Federal abre mão da cobrança. A reportagem é de Viviane Rosa.

Juliano Domingues destaca o cerco da fiscalização aos inadimplentes e, principalmente, aos sonegadores. Esgotadas as possibilidades de cobrança na esfera administrativa, o governo repassa à Justiça a função de encontrar e exigir o pagamento dos devedores. Parte do dinheiro arrecadado com o tributo é usada no financiamento de programas públicos.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Justiça e mais de 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialegal.blogspot.com

Horários de Exibição:

TV JUSTIÇA	30 de março 21h 02 de abril 18h30 04 de abril 21h30	REDE CULTURA	02 de abril 8h 04 de abril 7h	TV BRASIL	(Brasília – canal 02) 03 de abril 6h
-------------------	---	---------------------	----------------------------------	------------------	---

Equipe Via Legal